

Oficial da PM (QOPM)

Questão 01	
O poder administrativo que embasou diretamente a prática do ato descrito no item I é o poder normativo (ou poder regulamentar).	0.00 – 2.00
O poder normativo é conferido à Administração Pública para editar normas gerais com efeitos erga omnes, de forma a complementar e regulamentar lei em sentido formal.	0.00 – 1.00
Aplica-se de forma subsidiária a lei que trata do processo administrativo na esfera federal, de maneira que não pode ser objeto de delegação a edição de atos de caráter normativo.	0.00 – 2.00
O poder administrativo que embasou a aplicação de sanções administrativas àqueles que estão sujeitos à disciplina do ente estatal (ato descrito no item II) é o poder disciplinar.	0.00 – 2.00
Como decorrência da chamada cláusula exorbitante, a sociedade empresária contratada se sujeita às sanções administrativas previstas na Lei, caso descumpra o contrato ou a lei.	0.00 – 2.00
Correção gramatical – serão verificados problemas de inadequação vocabular ou variedade linguística, segundo a norma culta da língua, e erros ortográficos, de estrutura e de construção de frases	0.00 – 1.00
Nota máxima da Questão 01	10

Questão 02	
Os filhos dos associados têm o direito público subjetivo à matrícula na educação básica da escola municipal XX.	0.00 – 3.00
O Diretor, ao estabelecer uma ordem de prioridade entre os moradores dos Bairros Alfa e Beta, afrontou a cláusula geral de igualdade e, de modo mais específico, a vedação a que sejam estabelecidas preferências entre os brasileiros.	0.00 – 3.00
Por se tratar de ato dissonante da Constituição, que afronta direito líquido e certo dos filhos dos moradores do Bairro Alfa, praticado por agente público, a associação deve impetrar o mandado de segurança coletivo.	0.00 – 3.00
Correção gramatical.	0.00 – 1.00
Nota máxima da Questão 02	10

Questão 03	
Discorrer sobre o direito fundamental da inviolabilidade de domicílio trazido pelo texto constitucional, bem como as hipóteses excepcionais que admitiriam o ingresso na residência independentemente da autorização do morador.	0.00 – 2.00
Discorrer sobre natureza dos crimes em tese praticados de tráfico de entorpecentes e posse de arma de fogo de com numeração suprimida, que seriam de natureza permanente, justificando reconhecimento, em abstrato, da situação de flagrante delito	0.00 – 1.00
Discorrer sobre (in)validade da diligência na residência de Pablo, em especial sobre (in)suficiência da denúncia anônima para reconhecimento de indícios de prática delitiva para justificar ingresso na residência sem autorização do morador	0.00 – 3.00
Discorrer sobre a (in)validade da diligência realizada na casa de Carlos, já que teria havido consentimento do morador, em especial enfrentando a exigência jurisprudencial de registro do consentimento por gravações ou termo de declaração assinado	0.00 – 3.00
Correção gramatical – serão verificados problemas de inadequação vocabular ou variedade linguística, segundo a norma culta da língua, e erros ortográficos, de estrutura e de construção de frases	0.00 – 1.00
Nota máxima da Questão 03	10